

**PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA:
A ÁREA ENERGÉTICA EM DESTAQUE**

Arnaldo José da Luz

Mestre em Ciência Política pela UFPR
E-mail: arnaldo506@gmail.com

Recebido em: 13 jun. 2012

Aceito em: 04 jul. 2012

RESUMO

O presente artigo apresenta como objetivo geral estudar a presença chinesa no continente africano, em especial nos países fornecedores de energia. Indaga-se sobre quais são os principais esforços político-diplomáticos e comerciais da política externa chinesa para obter os recursos energéticos que sustentam seu crescimento e desenvolvimento econômico. A pesquisa coloca-se como hipótese que no final dos anos 1990 os chineses começaram a construir uma grande estratégia reforçando seus princípios de soberania igualitária e não interferência nos assuntos internos dos países africanos. A escolha do tema justifica-se devido à grande importância que o continente africano tem despertado para o mundo, inclusive para a China, principalmente no século XXI. Pois, quando as grandes reservas mundiais de energia já se fazem escassas na maior parte do planeta, alguns países africanos oferecem ainda enormes fontes dos recursos energéticos.

Palavras-chave: Política externa chinesa, África, energia, relações internacionais.

ABSTRACT

This paper presents the general objective studying the Chinese presence in Africa, especially in energy supplying countries. Asks itself about what are the main political and diplomatic efforts and trade of Chinese foreign policy for energy resources that sustain their growth and development economic. The survey placed as hypothesized that in the late 1990s the Chinese began to build a grand strategy to strengthen their egalitarian principles of sovereignty and noninterference in internal affairs of African countries. The theme is justified by importance that Africa has awakened to the world, including China, especially in the twenty-first century. For when the great world energy supplies are already scarce in most of the world, some African countries still offer huge sources of energy resources.

Keywords: Chinese foreign policy, Africa, energy, international relations.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como objetivo geral estudar as implicações da questão energética sobre a orientação da política externa da República Popular da China para o continente africano, em especial aos países fornecedores de energia. As relações político-econômicas da China na África vêm aumentando cada vez mais. Nas últimas duas décadas a China manteve relações na área energética com vários países, tais como: Argélia, Angola, Chade e Sudão, e crescentes participações na Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria.

Indaga-se sobre quais são os principais esforços político-diplomáticos e comerciais da política externa chinesa para obter os recursos energéticos que sustentam seu crescimento e desenvolvimento econômico. A pesquisa coloca-se como hipótese que no final dos anos 1990 os chineses começaram a construir uma grande estratégia reforçando seus princípios de soberania igualitária e não interferência nos assuntos internos dos países africanos. No intuito de obter energia a China desenvolve grandes parcerias estratégicas por toda África, para colaborar nos processos de desenvolvimento dos países africanos e, através dos recursos energéticos, sustentar seu próprio desenvolvimento.

A China ganha espaço na África de maneira lenta e gradual, conforme as reformas capitalistas, o crescimento econômico sustentável e o aumento na demanda por energia ocorrem. Os países africanos avistam na China uma importante alternativa no contexto global. Desta forma, teriam um país economicamente forte para se relacionarem desvinculando-se, desta forma, das potências européias e também americana.

A escolha do tema justifica-se devido à grande importância que o continente africano tem despertado para o mundo, inclusive para a China, principalmente no século XXI. Pois, quando as grandes reservas mundiais de energia já se fazem escassas na maior parte do planeta, alguns países africanos oferecem ainda enormes fontes dos recursos energéticos. Além disso, até o momento da realização deste trabalho considera-se que existam poucos estudos relacionados às relações energéticas da China com os países africanos. Sendo assim, a importância deste tema dá-se de forma a contribuir para a evolução dos estudos nesta área do conhecimento.

Seguidamente, Estados dominantes criam, modelam e organizam o sistema mundial de acordo com suas ambições, e também graças à sua condição de coerção, ainda sob o consentimento propagado, entre os que não obtêm alguma vantagem. A realização deste artigo ocorrerá por meio de fontes documentais e históricas, analisando-se os dados de maneira quantitativa, descritiva e analítica.

Para melhor entendimento, este artigo será dividido, além desta introdução, em: i) as relações internacionais da China, na área energética; ii) breve histórico da China na África; iii) as relações energéticas sino-africanas; e, por fim, serão realizadas as considerações finais e as perspectivas sobre as relações energéticas entre chineses e africanos.

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CHINA: A ÁREA ENERGÉTICA EM DESTAQUE

A China começou a fazer as grandes reformas e promover a abertura de sua economia a partir da década de 1970. Anteriormente a esta data, o país tinha um histórico de Relações Internacionais extremamente reduzido, dado o perfil introvertido de sua política externa. Esta condição do país à época mantinha inicialmente negociações apenas com a URSS, países com ideologias parecidas. Após este fato, houve o afastamento da China dos soviéticos colocando os chineses num patamar de isolamento, se relacionando apenas com alguns países comunistas revolucionários.

Desde a década de 1970, após manter negociações com os EUA, país capitalista, e efetuada as reformas em sua política interna, a partir do ano de 1979, iniciou-se por meio de sua política externa, a abertura chinesa ao comércio internacional. Após esse período, a China adentrou cada vez mais nas Relações Internacionais com crescente participação em diversas relações multilaterais.

Já nos anos 2000, a China configura-se como um país detentor de grandes reservas de energia. Todavia, as fontes internas de abastecimento tornaram-se insuficientes perante a demanda energética chinesa, obrigando o governo chinês, assim como a iniciativa privada, a realizar vultosos investimentos em energia no país.

Cada vez mais, a busca pelos recursos energéticos aumenta sua intensidade no mundo globalizado e antigos consumidores, Europa, EUA e Japão, com novos consumidores, China e Índia, disputam reservas de energia por todo o planeta. O mundo globalizado exige o aumento da produção energética, assim como a diversificação e redistribuição das fontes energéticas (FIORI, 2005).

A questão energética chinesa torna-se mais complexa devido à concorrência dos vizinhos, Japão e Coreia do Sul, os quais continuam dependentes de importações de petróleo e gás natural. Sendo assim, a disputa geopolítica energética, a partir do continente asiático, faz-se cada vez mais intensa (FIORI, 2005).

Apesar das medidas adotadas pela China para diversificar suas fontes de abastecimento, ainda nos primeiros anos do século XXI, mais de 50% do petróleo importado pela RPC é oriundo

do Oriente Médio, tendo a Arábia Saudita como seu principal fornecedor, com 17% das compras chinesas oriundas deste país, somente no primeiro semestre de 2005 (SOARES, 2005).

Ademais, a disputa energética global coloca os chineses com crescente presença militar no Oriente Médio. Para Fiori (2005), somente os atores que somam poder econômico com influência militar conseguem obter as conquistas dos mercados (FIORI, 2005).

A extrema urgência de garantir o fornecimento de energia nos próximos anos explica a aproximação da China com o Irã, mesmo sob a forte oposição dos EUA. Por meio de suas empresas multinacionais estatais, privadas ou mistas, a China realiza importantes aproximações com os países do Oriente Médio. A CNOOC comprou, no início dos anos 2000, ações de empresas no Irã para garantir suas explorações de petróleo em solo iraniano (FIORI, 2005), e até mesmo obter lucros com as vendas do produto.

A petrolífera CNPC também ampliou suas relações no Irã e no Iraque. No Iraque a estatal chinesa assinou um consórcio com outras empresas do setor com duração de vinte e dois anos para a produção de petróleo no campo iraquiano de Al-Ahdab. À CNPC cabem 50% do total extraído do petróleo (SOARES, 2005).

A instabilidade política no Oriente Médio não permite que a China desenvolva grandes projetos para a região. Por isso, a diplomacia é o método mais utilizado pela China para se aproximar dos países do Oriente Médio que se encontram insatisfeitos com a presença dos EUA na região, especialmente o Irã.

Por sua vez, a China se apoia na venda de armas para alguns países do Oriente Médio para estreitar laços de cooperação e minimizar os custos de importação do petróleo. A China, tradicionalmente, vende produtos militares para o Irã e a Arábia Saudita, porém essas transações podem atrapalhar as futuras negociações dos chineses com os EUA. Isto porque, ao vender armas para alguns países do Oriente Médio, os chineses garantem reciprocidades nas relações, principalmente na obtenção do petróleo da região, o que, por outro lado, de alguma forma, pode afetar suas relações comerciais com os EUA, um de seus principais parceiros econômicos mundiais¹.

A Rússia é um dos principais fornecedores de energia à China. As negociações energéticas entre esses países são de grande importância, principalmente para os chineses, pois a demanda na China por energia é superior ao consumo energético na Rússia. É importante ressaltar que ambos os países têm aspirações semelhantes no cenário regional e global, almejando *status* de potência político-econômica.

O governo da China considera as relações energéticas com a Rússia, de certa forma, instáveis, pois analisa que seu parceiro energético não pretenda continuar a ser apenas fornecedor de matéria-prima à China nas próximas décadas. (LÉON-MANRIQUÉZ, 2006).

Os produtores de energia da Rússia têm rejeitado frequentemente os projetos dos chineses para obter fornecimento de energia, e principalmente a igualdade das participações da China em suas empresas de energia. Militares russos reafirmaram essa posição, de a Rússia ser meramente uma fornecedora de matéria-prima à China, e demandam igualdade nas relações econômicas e tecnológicas sino-russas (BLAGOV, 2005).

Para Nye e Keohane (1977, p. 11), o nível de vulnerabilidade de cada uma das partes, neste tipo de relação, está intrinsecamente ligado à dependência e à capacidade de resposta às transformações ocorridas na relação no decorrer do tempo. Neste sentido, pode-se afirmar que quanto maior a dependência russa dos investimentos e parceria tecnológica dos chineses, maior também a vulnerabilidade, pois no caso de haver uma mudança na relação em que sejam impostos custos ou que sejam minimizadas as vantagens, na hipótese de que a Rússia não tenha alternativas relevantes, terá que arcar com os ônus e acatar a redução dos benefícios. Para a China a situação é semelhante, pois quanto maior for sua dependência com relação aos produtos russos, maior será a sua vulnerabilidade, tendo que arcar com as condições impostas por alterações nas relações.

¹ Segundo estatísticas alfandegárias, entre janeiro e março de 2010, a UE foi a maior parceira comercial da China. O volume comercial bilateral ultrapassou US\$ 75,3 bilhões, representando um aumento de 30% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os volumes comerciais entre a China, os Estados Unidos e o Japão atingiram, respectivamente, US\$ 66,7 bilhões e US\$ 52,9 bilhões.
Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/101/2007/04/10/1@65486.htm>>. Acesso em: 27/10/10.

As relações entre China e Rússia estão se ampliando, especialmente, nas áreas da política, bélica, comercial e investimentos. Na metade dos anos 2000, a Rússia se transformou no quarto maior fornecedor de petróleo à China, ficando atrás somente de Angola, Arábia Saudita e do Irã (RICHARDSON, 2006).

China e Rússia discutem a possibilidade de novas construções de oleodutos ligando os dois países, para facilitar a escoação do petróleo à China. Existem, ainda, negociações visando à construção de novos gasodutos interligando a Rússia até o território chinês (SOARES, 2005). Ambos os governos vêm fortalecendo suas reservas de energia visando encontrar a sua segurança energética no futuro. A companhia China State Grid Corp (CSGC) revelou suas metas de ampliar em cinco vezes as compras na área energética do governo de Moscou até 2010 (CECAC, 2006).

China e Rússia, mesmo diante de algumas dificuldades nas relações energéticas, demonstram ampliar suas relações em torno dos recursos energéticos. Dentro dessas dificuldades enfrentadas pelos dois países na área da energia, pode-se destacar o corte de fornecimento de petróleo à China em 2004 pela gigante petroleira russa Yukos. A empresa Yukos é responsável por 20% do petróleo extraído na Rússia (MENDES, 2004), e o corte no envio de petróleo para a China, conforme informado pela empresa, foi decorrente de problemas financeiros enfrentados pela petroleira devido ao congelamento de suas divisas pelo governo da Rússia pelo não pagamento de impostos ao Estado (MENDES, 2004).

A China teve que arcar com as consequências dos problemas internos na Rússia, restando o ônus de ficar sem seu precioso fornecimento de petróleo diário demonstrando assim, a obrigatoriedade da diversificação de seus fornecedores de energia para não continuar se deparando com esses problemas futuramente. Nas Relações Internacionais percebe-se que, muito além das disputas por mercados e diferenças ideológicas, estão os interesses dos países, como é o exemplo das negociações sino-russas.

A China mantém importantes relações, especialmente energéticas, com os países da Ásia Central pelos seguintes motivos: i) a região é muito rica em petróleo e gás natural, ii) a Ásia Central, quando comparada com a China, não encontra uma considerável demanda por energia, devido ao baixo crescimento econômico, da maioria, dos países da região e, iii) na Ásia Central, os EUA detêm menor influência política, quando comparado a outras regiões do mundo, ficando mais espaço para a atuação dos chineses. Entretanto, no que tange à influência militar norte-americana, no pós 11 de setembro, os EUA mantinham forte elo militar com alguns países da Ásia Central (SILVA, 2009, p. 219).

A petrolífera estatal China National Petroleum Corp (CNPC) comprou a estatal PetroKazakhstan por US\$4,2 bilhões para utilizá-la na exploração dos campos de petróleo no Cazaquistão (CECAC, 2006). A China negocia com o Cazaquistão a aquisição de bens da indústria do petróleo no valor de US\$1,9 bilhão. Com a realização dessa transação comercial os chineses deteriam o controle dos campos de petróleo no oeste do Cazaquistão, com reservas estimadas de 340 milhões de barris de óleo (POUND, 2006). Com a confirmação dessa importante negociação energética a China ficaria com o controle de 30% do total das reservas petrolíferas do Cazaquistão (POUND, 2006). Os interesses chineses pela energia na Ásia Central se dão também em outros países, como é o caso do Turcomenistão.

Os governos da Rússia e do Turcomenistão constroem em parceria um gasoduto para ligar todos os campos de gás do Turcomenistão, de leste a oeste, para que os gasodutos que vão em direção à China (assim como para a Rússia e o Irã) possam receber gás de todas as fontes turcomanas. A China assinou com o Turcomenistão um acordo para desenvolver projetos da indústria de petróleo e gás natural até o ano de 2030 (*Trend News Agency*, 2006).

Para a China as negociações em torno do gás do Turcomenistão são de suma importância, visto que este país é detentor da terceira maior reserva mundial de gás natural (FREIRE, 2010), porém, com baixo consumo interno. As relevantes negociações energéticas geridas com o Turcomenistão diminuem a dependência energética da China de seus tradicionais fornecedores, nomeadamente a Rússia e o Oriente Médio, e vão ao encontro das políticas do governo chinês de ampliar suas fontes e seus fornecedores ao redor do globo para manter seu crescimento e desenvolvimento econômico sustentável.

As relações envolvendo a China; Rússia, maior reserva mundial de gás; Irã, segunda maior reserva de gás; e o Turcomenistão; se fazem extremamente importantes para a segurança energética regional da China. A China adentra os anos 2000 como uma das maiores consumidoras de energia do mundo, e este arranjo regional implicam em profundos impactos sobre a estratégia internacional dos EUA (FREIRE, 2010).

As importantes fontes de gás e petróleo dos países latino-americanos servem de atrativo para a China na região. A presença chinesa se fortalece na América Latina por alguns principais motivos: i) as novas descobertas de petróleo e gás na região, a exemplo da camada pré-sal no Brasil; ii) a produção de energia, em muitos países sul-americanos, é maior que a demanda interna e; iii) a necessidade imediata de investimentos na infraestrutura energética por parte dos países sul-americanos, investimentos que os chineses mostram grande interesse em realizar; e iv) a presença chinesa na região serve como alternativa para os países latino-americanos negociarem seus produtos, principalmente para fazer face aos EUA.

3 BREVE HISTÓRICO DA CHINA NA ÁFRICA

As relações sino-africanas se fizeram relevantes a partir da década de 1960, quando a China se opôs ao regime soviético apoiando os movimentos de alguns países africanos pela independência. Na década de 1960, o apoio chinês se fazia diplomaticamente, com discursos anti-colonialistas, e com fornecimento de materiais para infraestrutura e bélicos (YEROS, 2008).

Linklater (1998) afirma que a existência de doutrinas éticas na esfera internacional é um dado da realidade, e não somente uma aspiração. A tensão entre moralidade e assimetria pode ser compreendida, por exemplo, no embate contra o colonialismo e o desmantelamento do *Apartheid* (LINKLATER, 1998).

No final da década de 1970, a China ampliou suas áreas de interesses, para além do continente africano, quando o país orientou suas políticas para o sistema capitalista em sua nova inserção no cenário internacional, denotando assim menor interesse para a África. Entretanto, no ano de 1989, após o episódio de *Tian'anmen*, igualmente conhecido como o massacre da Paz Celestial, quando a maioria dos países do continente africano apoiaram a China perante a ONU, os chineses reforçaram suas políticas para a África (YEROS, 2008).

No início dos anos 1990, os chineses reataram então, com mais vigor e sob um novo modelo de ação para a África, suas relações com o continente (TAYLOR, 1998). Esse novo método de ação da China para o continente africano ocorreu na área econômica, pois com a inserção da China no sistema capitalista mundial aumentou o consumo interno pelos mais diversos produtos, inclusive energia.

Contudo, os discursos dos chineses, proferidos em favor dos africanos nos órgãos internacionais perderam relevo, no início do século XXI. Logo, o apoio chinês cedeu lugar a uma política voltada para os interesses dos recursos africanos, especialmente os recursos energéticos (YEROS, 2008).

Muitas vezes, porém, para que as relações econômicas sino-africanas se mantivessem fortalecidas, os chineses consideravam necessário que as mesmas estivessem calcadas em seus discursos ideológicos de solidariedade contra as explorações dos países ocidentais, principalmente europeus, na África (YEROS, 2008).

O período conhecido como “novo imperialismo” acentuou o controle político direto. Nesse período houve o aumento das exportações de capitais e de capital financeiro, reconhecidos por Lênin como a natureza do imperialismo. Num próximo período, chamado por Robert Cox (1993) de terceiro período, ocorre o imperialismo neoliberal ou liberal-monopólio, a internacionalização da produção emergiu como a forma pré-eminente, calcado igualmente por outras formas de capital financeiro, como bancos e consórcios multinacionais. É importante revelar a natureza permanente do imperialismo; porém, seria mais interessante traçar as características estruturais dos

imperialismos, que estabelecem as contínuas ordens mundiais hegemônicas e não hegemônicas, conforme explicações de Cox (1993).

O discurso chinês continuou no pós-1990, especialmente pela fragilidade do continente africano perante o FMI e o Banco Mundial do Comércio (BMC). No entanto, as relações político-econômicas entre China e África, pelo menos na década de 1990, não alcançaram o mesmo patamar atingido pelas potências europeias e alguns órgãos multilaterais que, ao final da Guerra Fria detinham controle geopolítico, quase que exclusivo, do continente africano (YEROS, 2008).

A China foi ganhando espaço na África de maneira lenta e gradual, conforme as reformas capitalistas, o crescimento econômico sustentável e o aumento na demanda por energia ocorriam. No final dos anos 1990, os chineses começaram a construir uma grande estratégia reforçando seus princípios de soberania igualitária e não interferência nos assuntos internos dos países africanos. Foi desta forma que, no ano 2000, houve a realização do Fórum para a Cooperação entre a China e África (*Fórum for China-Africa Cooperation* - FOCAC) em Pequim (YEROS, 2008).

Os países africanos, assim como diversas outras nações subdesenvolvidas de outras regiões, avistam na China uma importante alternativa no contexto global. Desta forma, teriam um país economicamente forte para se relacionarem, desvinculando-se desta forma das potências européias, japonesa e americana.

4 A CHINA EM BUSCA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS NO CONTINENTE AFRICANO

Nesta seção, serão analisadas as Relações Internacionais da China com a África. Serão destacadas as buscas chinesas por recursos energéticos no continente africano, especialmente em países como: Argélia, Angola, Chade, Sudão, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria. O objetivo principal a ser estudado nesta seção é identificar os vultosos investimentos chineses realizados na área energética, como em plataformas, oleodutos, infraestrutura dos portos, entre outros, nos países africanos.

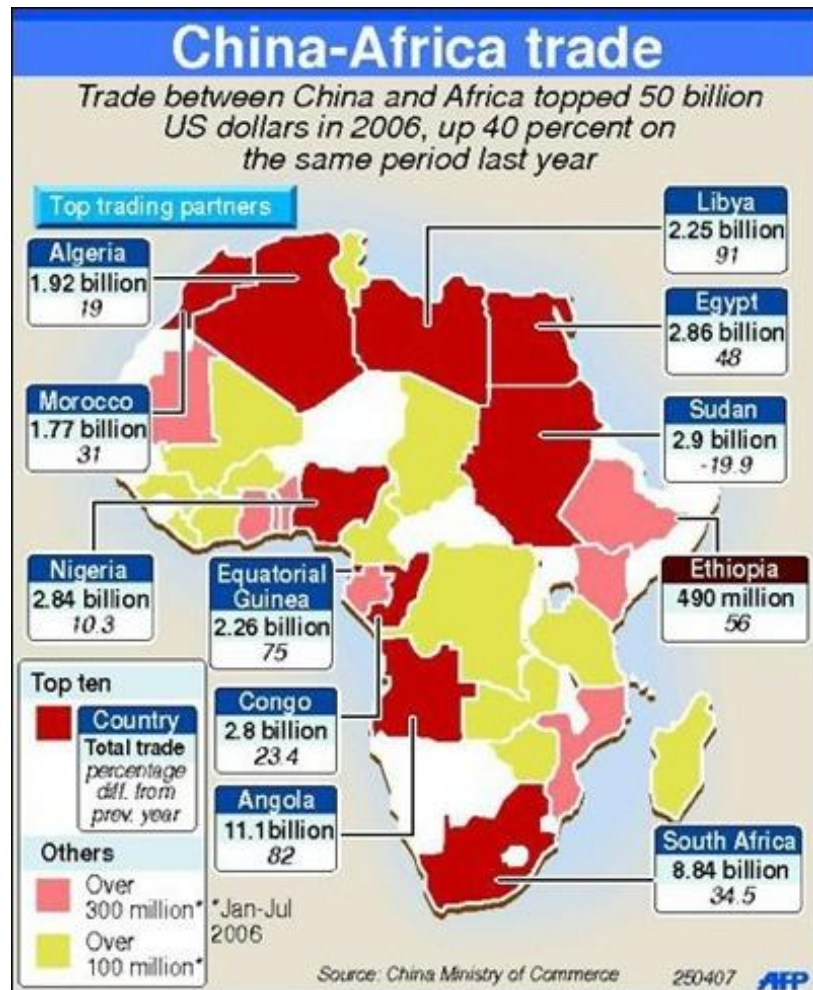
Apesar da considerável quantidade de energia gerada na China anualmente, ocorre à necessidade do país contar com o fornecimento de grandes somas, oriundas das fontes externas, especialmente de petróleo e gás natural. A China importou, em 2009, 204 milhões de toneladas de petróleo, equivalente a 52% do total consumido no país, elevando a demanda em 3% com relação ao ano anterior, de acordo com o relatório divulgado pela Administração Geral da Alfândega Chinesa², em janeiro de 2010.

A China mediante sua urgência em ampliar seus fornecedores na área da energia encontrou na África uma grande oportunidade de aumentar seus fornecedores e suas fontes energéticas, graças, em especial, à riqueza energética dos países do continente africano. Na África existem diversas fontes de energia que podem ser aproveitadas pelos chineses em troca de seus investimentos financeiros. A China desenvolve grandes parcerias estratégicas por toda África, para colaborar nos processos de desenvolvimento dos países africanos e, através dos recursos energéticos, sustentar seu próprio progresso (YEROS, 2008, p. 2).

Conforme Smith (2006), a China já alcançou a posição de terceiro maior parceiro comercial da África, atrás somente dos EUA e da França. Entretanto, o volume das negociações sino-africanas aumenta, de maneira relevante, nos últimos anos. Na figura abaixo, verifica-se o volume dos investimentos chineses no continente africano.

² A Alfândega Chinesa é uma agência governamental responsável pela supervisão das importações e exportações no território alfandegário chinês. Disponível em: <<http://pt.reingex.com/Alfandegas-Chinesas.asp>>. Acesso em: 26/10/2010.

Investimento direto chinês na África, em dólares



FONTE: Blenford, 2005.

As aproximações entre chineses e africanos se estendem por todos os setores, seja no âmbito político-diplomático, econômico e até mesmo bélico. Ademais, a China é uma grande fornecedora de armas e até mesmo de ajuda militar aos países africanos. Os chineses ampliaram sua presença militar no continente africano enviando contingentes para a manutenção de paz à Libéria e República Democrática do Congo, no final da década de 1990. A China ainda forneceu uniformes ao exército de Moçambique, helicópteros ao Mali e Angola, e armamentos para a Namíbia e Serra Leoa (BAJPAEE, 2005).

Os movimentos chineses, como ajuda militar aos países africanos, são refutados pela teoria crítica, pois a mesma rejeita a naturalização do sistema mundial e a violência nele incluído. Conforme Escudé (1995) é exatamente na esfera militar, onde os autores retiram seu diagnóstico da anarquia do sistema, que a ordem interestatal vigente faz-se muito mais próxima de um governo mundial (ESCODÉ, 1995, p. 29).

A política chinesa no setor bélico confronta com a política de Washington na África. Maior exemplo disso é o fornecimento de armas chinesas para a Etiópia e Eritreia, no auge da guerra entre esses dois países entre 1998 e 2000 (BLENFORD, 2007). Em respeito à ajuda chinesa na África, vários países do continente dão prioridade para a China na exploração dos recursos energéticos, especialmente o petróleo.

Cerca de 25% do petróleo importado pela RPC é proveniente do continente africano (YEROS, 2005). As relações político-econômicas da China no continente vêm aumentando cada vez mais. Dos anos 1990 à 2010, a China mantém relações, na área energética, com vários países, tais como: Argélia, Angola, Chade e Sudão, e crescentes participações na Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria (BLENFORD, 2007).

No ano de 2009, Angola exportou para a China 25 milhões de toneladas de petróleo, garantindo-lhe o posto de segunda maior fornecedora de petróleo à RPC, ficando atrás somente da Arábia Saudita. Porém, no primeiro trimestre de 2010, Angola, com 8,48 milhões de toneladas, ultrapassou a quantia exportada pelos sauditas, 8,18 milhões de toneladas, à China tornando-se a principal fonte externa de hidrocarbonetos dos chineses.

É válido ressaltar que no ano de 2010 o total das exportações angolanas para a China foi de US\$22,8 bilhões e as importações somaram US\$2 bilhões. O país africano contabilizou um saldo positivo de US\$20,8 bilhões diante dos chineses, no corrente ano, conforme dados da Alfândega Chinesa, 2011. Angola é exemplo do aumento das relações entre a China e a África no século XXI. Os principais fornecedores de petróleo à China, no ano de 2010, podem ser verificados na tabela a seguir.

No ano de 2006, o banco de importação e exportação da China efetuou um empréstimo de US\$2 bilhões para Angola, em contrapartida o governo angolano consentiu aos chineses a sociedade na exploração de petróleo na costa do país. Angola tornou-se, no início de 2010, o principal parceiro da China na área petrolífera. O recurso financeiro cedido ao governo de Luanda deverá ser utilizado para viabilizar projetos de infraestrutura por todo o país. Os projetos para o desenvolvimento de Angola incluem ferrovias, estradas, uma rede de fibra óptica, escolas, hospitais, escritórios e cinco mil novas moradias. Um novo aeroporto com voos diretos de Luanda para Pequim também está em vias de planejamento (CECAC, 2006).

Principais importações chinesas de petróleo (jan/mar-2010)

País	Milhões de toneladas	(%)
1. Angola	8,48	16
2. Arábia Saudita	8,18	15
3. Irã	5,8	6
4. Omã	3,3	2,9
5. Rússia	3,1	2,7
Total das importações dos 5 países	28,86	42,6
Total geral das importações	51	100

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados da Alfândega Chinesa, 2010.

No Sudão, a China National Petroleum Corporation (CNPC) começou a exploração de petróleo em 1995. Dois anos depois, o Sudão tornou-se a maior base de exploração da empresa fora do território chinês. A maior parte do petróleo exportado pelo Sudão é enviada à China, equivalendo assim a 7% de todas as importações petrolíferas realizadas pela RPC, até o ano de 2006. Os chineses investem maciçamente na infraestrutura para a exploração e transporte do petróleo, exemplo disto é a construção de um oleoduto de 1500 km para levar o petróleo sudanês até Port Sudan, no mar Vermelho, onde foi instalado um terminal petrolífero (BAJPAEE, 2005).

Pequim também tem grandes interesses no Chade, o qual contém uma rica reserva de petróleo. Entretanto, o Chade é um país com uma política instável e com uma transição de regime aonde a maioria da população não é favorável ao atual presidente, gerando assim constantes conflitos entre os rebeldes e as tropas aliadas do governo. Mesmo considerando um investimento de alto risco, em meados dos anos 2000, os chineses resolveram realizar negociações com o governo do Chade, sob apoio do governo do Sudão.

A China tem realizado aproximações com os principais países produtores de petróleo da África, como a Nigéria, maior produtor de petróleo do continente africano (CECAC, 2006³), embora a produção de petróleo no país nigeriano seja controlada por empresas ocidentais. O presidente chinês, Hu Jintao, em 2004, assinou acordos de perfuração para a retirada do petróleo nigeriano em troca de investimentos chineses na infraestrutura local. A RPC pretende, nos anos 2010, adquirir parte da refinaria de Kaduna na Nigéria, que produz cerca de 110.000 barris/dia. A China construiu ferrovias, estações de força e tem atuado no desenvolvimento do campo de petróleo e gás nigeriano OML-130, situado numa das maiores bacias de petróleo e gás do mundo (CECAC, 2006).

³ Informação disponível em: <www.cecac.org.br>. Acesso em: 26/10/2010.

Os investimentos chineses na área de infraestrutura e energia são realizados também no Gabão, Costa do Marfim, Libéria e Guiné Equatorial. Amplia-se, assim, a participação dos chineses nos países do continente africano.

A presença chinesa é grande por todo o continente africano, mas principalmente na África Ocidental, região à margem do Golfo da Guiné e território muito rico em petróleo. Os países africanos consideram relevantes as parcerias com a China, pois são nas relações com o país asiático que depositam suas esperanças de terem uma maior participação no âmbito mundial, seja na área político-diplomática ou econômica.

Para o continente africano, a presença chinesa, e também de outros emergentes, como Brasil e Índia, não representa uma nova divisão imperial de seu território, e sim uma chance de reconstrução e inserção internacional das nações africanas. Não obstante as assimetrias e contestações, a África vem construindo uma maior autonomia decisória (SARAIVA, 2008).

Faz-se relevante ressaltar ainda, o fortalecimento dos alicerces da independência alcançada no Pós-Guerra, à superação de diversos conflitos, a construção institucional, o ajuste das burguesias com projetos internos, a geração de mecanismos de integração regionais, a estabilização e a dinamização das economias, o papel central da União Africana ao fomentar a paz na região, etc. (PAUTASSO, 2009).

A exploração dos recursos energéticos na África mostra-se de extrema importância para o abastecimento interno da China. Sendo assim, o continente africano com suas ricas (e desejadas) fontes de energia transforma-se num grande parceiro energético dos chineses.

No século XXI, a presença chinesa no continente africano aumenta gradualmente, assim como as explorações de petróleo e do gás natural. Na África, a China encontrou grandes parceiros para suprir suas necessidades imediatas por energia e, assim sendo, ganha espaço na exploração dos recursos energéticos.

5 CONCLUSÃO

Ao debater a aproximação entre os países em desenvolvimento faz-se menção às relações bilaterais e multilaterais, no intuito de responder ao questionamento central sobre os interesses da política externa chinesa, e o sucesso alcançado pela estratégia chinesa na África, bem como a contribuição dos investimentos chineses para o desenvolvimento econômico do continente africano, e, ainda, exportações de produtos africanos, cruciais para o crescimento econômico chinês.

As relações sino-africanas apresentaram um novo modelo de relação no cenário internacional. China e África relacionam-se por meio da reciprocidade, desenvolvendo expressiva relação político-econômica, social e tecnológica, apresentando, desta forma, um fortalecimento nas relações dos países, antes, periféricos e dependentes das “tidas” potências econômicas mundiais.

Nos anos 2000, a China tornou-se o principal parceiro comercial de diversos países africanos. Determinados fatores foram decorrentes para aumentar a parceria, pois, tanto à China quanto as nações africanas respeitam a soberania dos povos, a integridade das nações, a não ingerência em assuntos internos e o tratamento diplomático das questões controversas.

Os esforços realizados pelo governo da China até o período estudado não foram satisfatórios para suprir a demanda interna do país. A produção dos vários recursos energéticos pelas mais diversas regiões da China, como petróleo, hidrelétricas, gás natural, entre outros, não foram suficientes para substituir o principal recurso energético utilizado pelos chineses, o carvão mineral. E nem para evitar as crescentes somas das importações oriundas das mais diversas regiões da Terra, inclusive da África.

Tanto a China quanto os países africanos devem continuar o trabalho conjunto para fortalecer a relevância dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional e buscar avançar a agenda de reformas das instituições de governança mundial. Considerou-se de suma importância o estudo realizado acerca dos programas energéticos chineses e africanos,

aonde foram verificadas as necessidades energéticas, no caso chinês, e as importantes produções, inclusive com potencial de exportação, neste caso da África.

Conclui-se ao final que, apesar de algumas divergências, chineses e africanos têm um grande potencial para aumentarem suas relações energéticas no futuro. De um lado, os países do continente africano necessitam, principalmente, dos investimentos chineses para continuar seu desenvolvimento econômico, pois, a África apresenta diversos países com uma infraestrutura deficiente. De outro, a China precisa dos produtos africanos, principalmente energéticos, petróleo e biocombustíveis, para continuar com seu pleno crescimento econômico. Conduzida de forma equilibrada, tal parceria poderá, em grande medida, contribuir para o fortalecimento de China e África, diminuindo assimetrias e desequilíbrios nas relações bilaterais e, quiçá, persistentes “hegemonismos” no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- BAJPAEE, C. **Energia**: uma competição sino-americana na África. Tradução e edição livre, por Xitizap. 2005. Disponível: < <http://zapper.xitizap.com/...> >. Acesso em: 15 jun. 2010.
- BLENFORD, A. **China e África: uma relação em desenvolvimento**. Novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.bbc.uk/portuguese/africa>>. Acesso em: 10/08/2010.
- BLUM, B; LEAMER, E. “Can FTAA Suspend the law of gravity and give americas higher growth and better income distributions”, in Estevadeordal, A.; Rodrik, D.; Taylor A. & Velasco, A. (eds.). **FTAA and beyond**: prospects for integration in the Américas. David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University Press, 2004.
- ENGDAHL, W. Política Energética na Eurásia: os EUA estão sendo cerceados? **Global Research**, September 25, 2007. Disponível em: <www.cecac.org.br> Acesso em: 12/10/2010.
- ESCODÉ, C. **La insuficiencia del realismo “clásico” y “estructural” desde una perspectiva periférica**. In: El realismo de los estados débiles. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1995: 79-143.
Disponível em:
<<http://www.argentina-rree.com/documentos/REALISMOESTADOSDEBILES3.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2009.
- FIORI, J. L. Mudanças estruturais e crise de liderança no sistema mundial. **Economia Política Internacional**: Análise Estratégica n. 7 – out./dez. 2005.
- FREIRE, V. Rússia, China e Irã redesenham o mapa da energia. 8/1/2010, **M K Bhadrakumar, Asia Times Online**. Disponível em:
<http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/LA08Ag01.html>. Acesso em: 01/09/2010.
- KEOHANE, R. O; NYE, J. S. *La interdependencia en la política mundial*. In: **Poder e interdependência**. La política mundial en transición. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1977.
- LINKLATER, A. **The Transformation of Political Community**. Cambridge (UK), Polity Press, 1998.
- MENDES, D. F. A crise energética da China. **Conjuntura Internacional**. Análise Economia e Comércio / Segurança. Cenários: PUC Minas, 21 de outubro de 2004.

PAUTASSO, D. A política externa chinesa e a 4ª conferência do Fórum de Cooperação China-África-2009. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/11/28>>. Acesso em: 10/06/2010.

_____. O comércio exterior na universalização da Política Externa Chinesa no século XXI. In: **Meridiano 47** – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Brasília-IBRI, n. 113, p. 14-16, dez. 2009.

RICHARDSON, M. *Can Asia count on Russian oil?* *The Straits Times*, 14 November, 2006.

SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação sul-sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 à 2007. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SOARES, F. A. A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento. **Conjuntura Internacional**: PUC/Minas, 20 de setembro de 2005.

YEROS, P. **A China na África**: Um Grande Salto a Frente? Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.